
Arrastão Movimento de Promoção Humana

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Arrastão Movimento de Promoção Humana

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrastão Movimento de Promoção Humana (o "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrastão Movimento de Promoção Humana em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

Arrastão Movimento de Promoção Humana

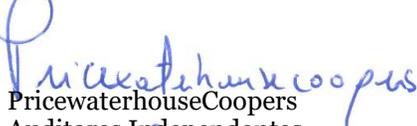
detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

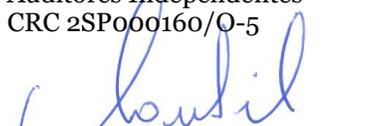
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de novembro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em reais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo			Passivo e Patrimônio social		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 3)	739.423	1.241.165	Fornecedores (Nota 8)	65.621	146.241
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	1.595.860	1.399.848	Contribuições sociais a recolher (Nota 9)	219	42.845
Adiantamentos e antecipações (Nota 5)	104.448	125.508	Outras obrigações (Nota 10, 18)	159.596	305.116
Contas a receber (Nota 6)	327.866	238.870	Impostos a recolher	4.326	13.204
	2.767.597	3.005.391	Provisões de férias e encargos	252.214	210.216
			Salários a pagar	-	874
Não circulante			Total do Passivo	481.976	718.496
Realizável a longo prazo			Patrimônio social (Nota 11)		
Depósito judicial	20.128	22.128	Fundo patrimônio social	3.158.628	3.134.236
	20.128	22.128	Superávit ou Déficit Acumulado	(83.674)	24.392
Permanente (Nota 7)			Total do Patrimônio Social	3.074.954	3.158.628
Imobilizado	786.678	782.907			
Construção – comodato (Nota 2.6)	776.711	776.711			
Depreciação acumulada	(794.184)	(710.013)			
	769.205	849.605			
Total do ativo	3.556.930	3.877.124	Total do Passivo e Patrimônio Social	3.556.930	3.877.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Demonstração do Resultado do Período Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Subvenções governamentais (Nota 13)	3.494.590	2.913.940
Receitas de aluguéis	178.076	200.532
Programas e doações diversas (Nota 14)	2.165.962	2.226.658
Vendas de mercadorias (Nota 15)	30.648	53.117
Receitas com serviços voluntários (Nota 16)	<u>228.269</u>	<u>289.053</u>
	<u>6.097.545</u>	<u>5.683.300</u>
Despesas		
Administrativas (Nota 12)	(6.194.456)	(5.580.000)
Despesas com serviços voluntários (Nota 16)	<u>(228.269)</u>	<u>(289.053)</u>
	<u>(6.422.725)</u>	<u>(5.869.053)</u>
Resultado operacional	<u>(325.180)</u>	<u>(185.753)</u>
Receitas financeiras - Aplicações financeiras (inclusive vinculadas a futuros projetos sociais)	<u>241.506</u>	<u>210.145</u>
Superávit / (Déficit) do exercício	<u><u>(83.674)</u></u>	<u><u>24.392</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Demonstração das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>Fundo patrimônio social</u>	<u>Reserva de doações</u>	<u>Superávit/(Déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	595.724	1.068	2.537.444	3.134.236
Superávit do exercício			24.392	24.392
Transferência de saldos	2.562.904	(1.068)	(2.561.836)	-
Em 31 de dezembro de 2015	3.158.628	-	-	3.158.628
Déficit do exercício			(83.674)	(83.674)
Em 31 de dezembro de 2016	3.158.628	-	(83.674)	3.074.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>(83.674)</u>	<u>24.392</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	<u>84.171</u>	<u>379.604</u>
Caixa proveniente (aplicado) das operações	<u>497</u>	<u>403.996</u>
(Aumento) diminuição em adiantamentos e contas a receber	(67.936)	24.186
Diminuição (aumento) de depósitos judiciais	2.000	(19.428)
Diminuição de fornecedores	(80.620)	(17.000)
(Diminuição) aumento de salários e encargos sociais	(43.500)	6.845
Diminuição de impostos a recolher	(8.878)	(2.704)
(Diminuição) aumento de outras obrigações e contas a pagar	<u>(103.522)</u>	<u>107.441</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	<u>(302.456)</u>	<u>99.340</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento em títulos e valores mobiliários	(196.012)	(150.678)
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(3.771)</u>	<u>(32.460)</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de investimentos	<u>(199.783)</u>	<u>(183.138)</u>
Aumento no caixa e equivalentes	<u>(501.742)</u>	<u>320.198</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.241.165	920.967
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>739.423</u>	<u>1.241.165</u>
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(501.742)</u>	<u>320.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

1. Contexto Operacional

O Arrastão Movimento de Promoção Humana é uma instituição sem fins lucrativos fundada em 7 de agosto de 1968 e tem por objetivo desenvolver ações sociais, socioeducativas e culturais atendendo crianças, adolescentes, jovens e adultos, na região de Campo Limpo (zona sul de São Paulo) e município de Taboão da Serra. As atividades são desenvolvidas por meio das áreas pedagógica, social e cultural, além de palestras e cursos oferecidos aos moradores da região e em parceiros estratégicos na região metropolitana de São Paulo.

Benefícios Concedidos

Atualmente os atendimentos e ações do Projeto Arrastão estão divididos em:

(a) Pedagogia social

Educação Infantil – 237 (1 a 4 anos) / ano.

Centro para crianças e educadores – 300 (6 a 14 anos)/ano.

Formação de jovens – 110 (15 a 18 anos)/ano.

Empreendedorismo – 4.324 atendidos através dos Projetos: Grupo de teatro Quereres, Coletivo de jovens artistas, Arrastart e Sapatilhas artesanais.

Sala futura – 1.838 atendidos, matriculados nos Programas de Educação Infantil e CCA.

Brinquedoteca – 1.335 crianças / ano.

Programa de Leitura – 2.593 / ano.

Cantando e Transformando – 411 / ano.

(b) Desenvolvimento social e cidadania

Foram efetuados 5.530 atendimentos ano nas ações: Feira de emprego; Sábado da saúde; Arrastão pela cidadania; Ciranda da Investigação/ Estudos de caso; Encontro Polo de Prevenção à Violência; Visitas domiciliares; Plantão Social/ Dia da demanda; Atendimentos psicológicos; cursos e palestras.

As fontes de recursos para manter as atividades do Projeto Arrastão são provenientes de convênios com a Prefeitura do Município de São Paulo, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Ministério da Cultura e de doações de pessoas físicas e jurídicas. O Instituto atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (com base na MP nº 2.158/01 artigo 35).

Conforme deliberado no estatuto do Arrastão Movimento de Promoção Humana, a reunião de aprovação das demonstrações financeiras acontece anualmente, e a eleição de nova diretoria acontece a cada dois anos. As Demonstrações financeiras serão aprovadas após o término dos trabalhos da auditoria.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicados de outra forma.

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto as aplicações financeiras, que estão pelo valor justo.

A elaboração de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.13.

Estão contabilizados, adicionalmente, os valores justos dos trabalhos voluntários (Nota 16), de acordo com a Norma ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, bem como estão divulgados os valores das gratuidades.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional do Instituto, e também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o déficit do exercício.

2.4 Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como “Títulos para Negociação”. Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas de aplicações financeiras” no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

2.5 Contas a receber

As contas a receber compreendem o valor a receber da Diretoria Regional da Educação e a Secretaria Municipal de Assistência Social, reconhecidos pelo valor constante dos contratos firmados.

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

2.6 Construção - comodato

Demonstrado ao custo histórico de aquisição. Os bens recebidos em doação, pelo valor destacado em documento firmado pelo doador em contrapartida da conta de receita de doações. As respectivas depreciações são registradas pelo método linear.

O saldo da conta “Construção – comodato” representa os custos incorridos pelo Instituto na construção de sua sede em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Conforme Termo de Convênio entre a Prefeitura e o Instituto, datado de 26 de junho de 1978, o terreno poderá ser utilizado pelo período de 40 anos, contados a partir de 1980. Findo esse período, caso não ocorra prorrogação do Convênio, o Município tomará posse do terreno e benfeitorias nele construídas independentemente de qualquer indenização a qualquer título.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (quatro anos) com término em 2020, não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Durante o exercício não foi realizado o teste de impairment.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.9 Demais ativos e passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.10 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.11 Apuração do superávit/déficit

O superávit/déficit das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

2.12 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus ou de participações.

2.13 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores. Incluindo expectativas de eventos futuros. Durante os exercícios de 2016 e 2015, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores dos ativos do Instituto.

3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por caixa e bancos e aplicações financeiras.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	147.863	139.170
Aplicações financeiras	<u>591.560</u>	<u>1.101.995</u>
	<u>739.423</u>	<u>1.241.165</u>

(*) Em 2015 parte dos saldos em caixa e equivalente de caixa, dependia da liberação do órgão governamental para aprovação de projetos e sua efetiva realização (MINC).

As aplicações financeiras do Instituto estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, designados pela administração no momento inicial da contratação.

As aplicações são compostas basicamente em aplicações de depósitos bancários nos bancos Bradesco e Banco do Brasil e possui remuneração de 0,72% e 0,94% do CDI ao mês, respectivamente.

4. Títulos e valores mobiliários

Recursos vinculados à aplicação em projetos específicos em desenvolvimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	<u>1.595.860</u>	<u>1.399.848</u>
	<u>1.595.860</u>	<u>1.399.848</u>

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

As aplicações em LFTs são formadas por recursos oriundos de doações e seguem as orientações pelos doadores para constituir Fundo Institucional e promover o Instituto com rendas mensais destinadas à manutenção dos projetos.

Os títulos públicos federais (LFTs) Letras Financeiras do Tesouro são atualizados pelo valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários são classificados na carteira de negociação e registrados ao valor de mercado e encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação de Custódia (SELIC). Durante os exercícios de 2016 e 2015, o Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos.

5. Adiantamentos e antecipações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a funcionários	104.448	124.808
Outros adiantamentos	-	700
	<u>104.448</u>	<u>125.508</u>

6. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prefeitura Municipal de São Paulo	247.183	225.544
Outros	80.683	13.326
	<u>327.866</u>	<u>238.870</u>

7. Imobilizado

		<u>2016</u>	<u>2015</u>		
	<u>Taxa anual de depreciação - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Livros	10	60.535	32.253	28.282	34.335
Móveis e utensílios	10	277.263	152.733	124.530	149.232
Veículos	20	102.770	81.130	21.640	30.474
Equipamentos - eletrônicos	10	210.410	142.927	67.483	80.749
Construção - comodato	4	776.711	260.276	516.435	547.500
Equipamentos - técnicos	20	115.295	115.295	-	-
Equipamentos laboratórios	10	5.405	5.405	-	-
Equipamentos telefônicos	20	3.914	3.914	-	-
Direitos de uso	-	7.315	-	7.315	7.315
Equipamentos - eletrônicos - CCA	10	3.771	251	3.520	-
		<u>1.563.389</u>	<u>794.184</u>	<u>769.205</u>	<u>849.605</u>

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
No início do exercício	849.605	1.196.749
Aquisição de bens	3.771	32.460
Depreciação	(84.171)	(379.604)
No final do exercício	<u>769.205</u>	<u>849.605</u>

8. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênio médico	-	1.084
Serviços de construção	14.000	29.428
Material de construção	2.241	5.443
Água	7.210	3.954
Uniformes	172	488
Escritório	5.247	340
Alimentação	14.994	2.354
Pedagógico	9.288	3.399
Higiene	4.231	4.460
Energia elétrica	-	5.615
Benefícios a funcionários	1.201	4.019
Serviços de mídia	-	56.009
Outros	7.037	29.648
	<u>65.621</u>	<u>146.241</u>

9. Contribuições sociais a recolher

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
INSS a recolher	-	16.722
FGTS a recolher	-	19.426
PIS sobre folha de pagamento	-	1.778
Contribuição Sindical a recolher	219	4.919
	<u>219</u>	<u>42.845</u>

As contribuições sociais (INSS/FGTS E PIS) referentes à Dezembro/2016 foram quitadas dentro do próprio mês.

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

10. Outras obrigações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projetos a desenvolver (*)	74.347	281.032
Adiantamentos Recebidos (**)	64.917	-
Bancos conta credora	204	788
Recibo de Pagamento Autônomo a pagar	-	3.168
Acordos trabalhistas a pagar	20.128	20.128
	<u>159.596</u>	<u>305.116</u>

(*) Os saldos dos projetos a desenvolver em 2015 referem-se às verbas bloqueadas, que dependem da liberação do Ministério da Cultura (MINC) para sua efetiva realização. Os valores recebidos pertencem aos projetos: Coletivo de Jovens Artistas (R\$ 146.780); Núcleo de Danças Pélagos (R\$ 25.900) e Quereres (R\$ 108.352) totalizando o saldo de (R\$ 281.032). Em 2016 as verbas foram liberadas pelo MINC para o desenvolvimento dos projetos, porém o projeto Coletivo de Jovens Artistas não utilizou toda a verba recebida, restando o saldo de R\$ 74.347 a ser desenvolvido no próximo exercício.

(**) O valor de (R\$ 64.917) de adiantamentos recebidos refere-se à verba de 2017 recebida antecipadamente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) para o desenvolvimento do projeto Elos Contra a Vulnerabilidade.

11. Patrimônio social

De acordo com o Estatuto Social, o Instituto Arrastão não distribuirá sob hipótese alguma, lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores e dirigentes, aplicando no país toda a sua renda em cumprimento de suas finalidades e objetivos definidos no seu estatuto social. No exercício de 2015 os saldos acumulados dos superávits e da reserva de doações, estes que resultaram no montante de R\$ 2.562.904, foram transferidos para o Fundo Patrimônio Social.

12. Despesas administrativas

As despesas estão devidamente classificadas nos grupos mencionados abaixo:

Despesas administrativas gerais	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Luz / água	122.875	117.911
Telefone	43.827	67.827
Material escritório	105.938	65.051
Material de higiene	88.753	97.866
Instalações	278.684	220.943
Locações	2.627	6.490
Depreciações e Amortizações	84.171	379.604
Serviços prestados por terceiros	1.007.744	670.700
Despesas c/ alimentação	607.167	518.277
Material pedagógico	118.301	110.217
Bolsas de estudo	9.624	23.297
Outras despesas	376.423	366.891
	<u>2.846.134</u>	<u>2.645.074</u>

Despesa com pessoal

<u>2016</u>	<u>2015</u>
-------------	-------------

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

Salários / Férias / 13º salário	2.612.929	2.256.118
Encargos sociais	202.897	184.920
Benefícios	477.627	450.662
	3.293.453	2.891.700

Despesas financeiras

Despesas com tarifas bancárias e juros	20.811	15.144
	20.811	15.144

Despesas tributárias

Contribuições a sindicatos	8.587	2.554
PIS s/ folha de pagamentos	24.470	22.521
Outras	1.001	3.007
	34.058	28.082

Total das despesas administrativas

13. Subvenções governamentais

Referem-se a subvenções provenientes de convênio com a Prefeitura de São Paulo, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério da Cultura para programas específicos.

	2016	2015
PMSP - Centro de Educação Infantil	1.612.776	1.532.392
PMSP - Centro para Crianças e Adolescentes	941.887	902.012
PMSP - Centro da Juventude	393.142	374.229
FUMCAD - Ciranda Por um Futuro Melhor (*)	-	47.926
FUMCAD - Projeto Núcleo Moda (*)	-	11.087
FUMCAD - Projeto Juventude Viva	3.748	43.594
FUMCAD - Integração com Recreação	152.135	2.700
FUMCAD - Projeto Elos contra Vulnerabilidade (**)	14.283	-
FUMCAD - Projeto Cantando e Transformando Vidas (**)	163.175	-
CONDECA - Projeto Elos contra Vulnerabilidade (**)	32.659	-
MINC - Projeto Quereres (**)	108.352	-
MINC - Coletivo de Jovens Artistas (**)	72.433	-
	3.494.590	2.913.940

(*) Finalizaram suas atividades em 2015.

(**) Iniciaram suas atividades no ano de 2016.

14. Programas e doações diversas

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

O Instituto recebeu durante o exercício de 2016, doações de pessoas jurídicas no montante de R\$ 1.805.243 (R\$ 1.823.314 - 2015) e de pessoas físicas no montante de R\$ 231.533 (R\$ 251.039 - 2015). Demais receitas como a Nota Fiscal Paulista, Bazar, entre outros programas, somam o total de R\$ 129.186 (R\$ 152.305 - 2015) As doações referentes a serviços voluntários no exercício de 2016 resultam no montante de R\$ 228.269, conforme descrito na nota 16.

15. Vendas de Mercadorias

Os produtos vendidos pelo Instituto são produzidos pelos grupos do Núcleo de Empreendedorismo e Geração de Renda. Estes surgiram da ideia de dar às pessoas da região do Campo Limpo uma formação diferenciada, a fim de gerar renda e aumentar o potencial econômico e profissional dos participantes nas áreas de costura, moda, design, gastronomia empreendedorismo e sustentabilidade. Os principais produtos vendidos são as bolsas neoprene e as sapatilhas, que totalizam um montante de R\$ 30.648 em 2016 (R\$ 53.117 em 2015).

16. Valor justo dos voluntários

Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados no exercício de 2016 e 2015, bem como os seus valores justos, podem ser assim descritos.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações de voluntários	97.018	164.618
Doações de conselheiros e diretores	<u>131.251</u>	<u>124.435</u>
Total	<u>228.269</u>	<u>289.053</u>

17. Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para as quais houveram sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Consideram-se entidades sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

O Instituto atende aos requisitos da legislação sendo imune do imposto de renda - IRPJ (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit - CSLL e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35 em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos gerados ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

O Instituto possui a isenção previdenciária da cota patronal, portanto tem a permissão de não recolher ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) contribuição de 20% sobre a folha de salários do Instituto.

Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG – 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, os tributos objeto de renúncia fiscal, mencionados acima, não são evidenciados nas demonstrações contábeis, apenas divulgados em notas explicativas.

18. Provisão para contingência

Arrastão Movimento de Promoção Humana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 **Em reais**

Atualmente o Instituto não é parte integrante em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

19. Cobertura de Seguros

O Instituto mantém os seguintes seguros contratados para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos:

- a) Porto Seguro Auto Pequenas Empresas, apólice nº 0531.44. 5592760, vigência 20/03/2016 à 20/03/2017; Veículo: Peugeot Boxer Minibus 2.3 Jtd,4 portas, 16 passageiros, ano 2011, placa EUP1198.
- b) Tokio Marine Seguradora, apólice nº 180.0000922757, vigência 28/07/2016 à 28/07/2017; Patrimonial: Prédio e Conteúdo, no endereço Joviano Pacheco de Aguirre, nº 255 – São Paulo - SP- Cep 05788-290
- c) Itaú Seguro Auto Frota, apólice nº 33.31.17237036.0, vigência 29/05/2016 à 29/05/2017; Veículo: Hyundai HR (Diesel - Nac) 2.5 Turbo, ano 2012, placa FAL5904.

* * *